



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

OBJETO: Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo van minibus, teto alto, originais de fábrica (vedada a transformação de veículos tipo furgão), ano de fabricação 2026 e modelo 2026 ou superior, para atender às necessidades logísticas e operacionais de transporte das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde do Município de Itanhomi-MG, conforme as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos deste Edital.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 07:59 horas de 23/06/2026.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 23 de junho de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitações LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>).

Portaria Municipal nº 099/2025 de 1º (primeiro) de julho de 2025: Pregoeiro Municipal, Sr. LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA.

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Valor total estimado para aquisição é de **R\$ 1.173.881,65** (um milhão, cento e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela Plataforma de Licitações – <https://portal.licitanet.com.br> > Edital Pregão Eletrônico nº 011/2026 > esclarecimentos.

Telefone: (33) 3231-1345 – Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG

E-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com

Horário de funcionamento: 07:00 às 11:00 horas e 12:00 às 16:00 horas.

1 - PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI, sediada na Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG – CEP: 35120-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.493.239/0001-06, por intermédio do Departamento de Compras e Licitações, realizará a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na plataforma de licitações LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>), conforme especificado no ANEXO I deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA, cuja portaria de designação está anexada aos autos, e regido pelas Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente EDITAL.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Itanhomi, através do endereço eletrônico <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/>, na PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITANET, através do endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>. Poderá também ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com e também retirado no Departamento de Licitações no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste EDITAL, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br>, bem como no site oficial da Prefeitura Municipal de Itanhomi: <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/>.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no SITE supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

1.6 - Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste EDITAL, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal 055/2023 (que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos) e demais legislações pertinentes ao objeto.

2 - OBJETO

2.1 - O presente Edital tem por objeto a aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo van minibus, teto alto, originais de fábrica (vedada a transformação de veículos tipo furgão), ano de fabricação 2026 e modelo 2026 ou superior, para atender às necessidades logísticas e operacionais de transporte das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde do Município de Itanhomi-MG, conforme condições, especificações, características técnicas e quantidades estabelecidas neste documento e em seus anexos.

2.2 - Os bens objeto desta licitação deverão ser entregues em sua configuração original de fábrica, com todos os equipamentos de série e itens de segurança exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), sem prejuízo das especificações adicionais contidas no descritivo técnico.

2.3 - O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, compreendendo o valor total para o fornecimento de todas as unidades descritas, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como fretes, impostos, taxas, licenciamento inicial, emplaceamento e demais encargos que incidam sobre o fornecimento.

2.4 - Por fim, a exigência técnica de que os veículos de ambos os itens sejam originalmente construídos sobre chassi de fábrica, vedando-se expressamente unidades adaptadas ou transformadas a partir de furgões de carga, justifica-se tecnicamente em razão da segurança veicular e da durabilidade do patrimônio público.

2.5 - A aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas, prazos, requisitos de garantia, condições de entrega e demais obrigações previstas no Termo de Referência, neste Edital e nas normas aplicáveis.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 - Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 - Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 - Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.2.5 - Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Eletrônico;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

3.2.10 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.11 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3 - Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em <https://portal.licitanet.com.br>.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site <https://portal.licitanet.com.br>, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do site da Plataforma de Licitações da Licitanet (<https://portal.licitanet.com.br>).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Itanhomi, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- () Declaro que não incorro nas condições impeditivas do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no artigo 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme artigo 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o artigo 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal de 1988.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste EDITAL.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta e demais documentos de habilitação exigidos neste EDITAL, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo pregoeiro, de no máximo 2:00 h (duas horas), sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste EDITAL.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total;

7.1.2 - Itens cotados;

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável.



7.1.4 - No momento do cadastro da proposta inicial no sistema eletrônico Licitanet, a licitante deverá obrigatoriamente descrever, no campo próprio e descritivo do sistema, o modelo exato, o ano/modelo de fabricação e a versão dos veículos ofertados para cada LOTE.

7.1.4.1 - A descrição inserida no campo próprio da plataforma deverá ser detalhada o suficiente para permitir ao Pregoeiro e à equipe de apoio a imediata conferência e verificação de que o produto ofertado atende aos requisitos mínimos essenciais.

7.1.4.2 - Em respeito ao princípio do sigilo das propostas e do anonimato, o texto inserido no campo descritivo da plataforma não poderá conter qualquer elemento que identifique a empresa licitante.

7.1.4.3 - No caso de informação incompleta, iremos considerar e analisar a oferta como sendo do veículo de entrada, ou seja, o mais básico do modelo.

7.1.4.4 - Em caso de omissão ou informação incompleta, poderá ser admitido que a empresa informe o modelo corretamente no momento da liberação do chat na plataforma.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à CONTRATADA.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos veículos.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o EDITAL e o constante na plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do EDITAL e seus anexos.



8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os licitantes poderão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, a seguir informada:

8.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)**- Registro comercial no caso de firma individual;
- b)**- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c)**- Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d)**- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e)**- Documentos de identificação do representante legal da empresa (Documento de identidade oficial com foto e CPF do representante que assinará os atos em nome da empresa).

8.1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)**- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP);
- b)**- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c)**- Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

-
- d)-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
 - e)-** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - f)-** Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
 - g)-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
 - h)-** Certidão negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no artigo 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste EDITAL.



9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste EDITAL, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no EDITAL.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

9.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15.1 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor

9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço por lote.

9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro Municipal.

9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.



9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;



9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste EDITAL.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2:00 (duas horas), envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste EDITAL e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.2 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.4 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2:00 h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

10.5 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.6 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do veículo ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de manual e demais documentos pertinentes.

10.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste EDITAL.

10.10 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.11 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste EDITAL.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantagem imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/menor vantagem não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8 - Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico, contudo, a ficha técnica do veículo deverá ser anexada no campo próprio.

12.1.1. Quando houver mais de um item por LOTE, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 2:00 h (duas horas), ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro;

12.1.2. O Pregoeiro Municipal poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do (s) valor (es) do (s) item (s) do (s) lote (s) livremente caso entenda necessário.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail ltanhomi/mgprefeitura@gmail.com a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24:00 h (vinte e quatro horas).

13 - DO RECURSO

13.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (10) dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do RECURSO.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro Municipal, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o CONTRATO respectivo, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3 - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se à Contratante, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

16 - DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta contratual.

16.2 - Se a empresa vencedora deixar de executar a entrega do veículo dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

17.1.2 - Assinar o CONTRATO respectivo no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

17.1.3 - Efetuar a entrega dos VEÍCULOS licitados no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto à CONTRATANTE.

a)- Entregar os VEÍCULOS no local indicado também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas;

b)- O recebimento dos VEÍCULOS será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;

c)- O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos VEÍCULOS somente será conhecido pela CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

17.1.4 - Garantir os VEÍCULOS contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

17.1.5 - Os VEÍCULOS deverão atender a todas as especificações técnicas, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

17.1.6 - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de Itanhomi, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

17.1.7 - Substituir, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, o item que, no ato do fornecimento, causas danificação em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.

17.1.8 - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto de má qualidade.

17.1.9 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a entrega de acordo com as especificações e instruções deste instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta da proponente.

17.1.10 - Cumprir rigorosamente com o disposto neste EDITAL e demais anexos.

17.1.11 - Manter durante a execução do contrato respectivo todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.12 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

17.1.13 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

17.1.14 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.



18 - DO CONTRATO

18.1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta ANEXO (II), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

18.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o CONTRATO.

18.2 - O CONTRATO celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do artigo 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, as especificadas neste EDITAL.

19.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os materiais do objeto deste CONTRATO.

19.4 - Emitir as ordens de compra à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos.

19.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

19.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste EDITAL e no Instrumento Contratual.

19.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no EDITAL e outras previstas no CONTRATO.

20 - DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - A entrega dos VEÍCULOS e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo, que acompanhará a entrega, de acordo com o determinado, controlando os prazos

estabelecidos para entrega e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

20.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará a CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a)-** Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelas licitantes;
- b)-** Receber os VEÍCULOS, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.;
- c)-** Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega dos VEÍCULOS;
- d)-** Agir e decidir em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os VEÍCULOS fornecidos em desacordo com as especificações exigidas;
- e)-** Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição dos VEÍCULOS;
- f)-** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade com os VEÍCULOS fornecidos;
- g)-** Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h)-** Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- i)-** Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j)-** Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- k)-** Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar da CONTRATANTE;
- l)-** No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

21 - DO PAGAMENTO

21.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e atesto da nota fiscal, através da Secretaria Municipal da Fazenda, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do artigo 141 da Lei Federal nº 14.133/21.

21.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização da entrega e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

21.1.2 - Para execução do pagamento a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, em letra bem legível, em nome do Município de Itanhomi, informando o número de sua conta corrente e Agência Bancária, bem como o número da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

21.1.3 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município.

21.2 - A critério da Administração poderão ser descontados do pagamento devido, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

21.3 - O Município de Itanhomi poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a)-** A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Itanhomi;
- b)-** Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

c)- A CONTRATADA retarde indevidamente a entrega por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Itanhomi;

d)- Débito da CONTRATADA para com o Município de Itanhomi quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos;

e)- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

21.4 - As despesas decorrentes correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.983 de 17 de novembro de 2025, sob os seguintes códigos:

21.4.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME):

a)- Ficha 137: 02.05.01.12.361.0010.1009.449052-00 - Fonte: 1.500.000.000, 1.701.000.0000.

21.4.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS):

a)- Ficha 189: 02.06.02.10.301.0015.1011.449052-00 - Fonte: 1.500.000.000 - 1.621.000.0000.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.

22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a)- Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Itanhomi, na entrega dos VEÍCULOS, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

b)- Multa de até 10% do total do CONTRATO para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega dos VEÍCULOS, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;

- c)- Multa de até 10% do total do CONTRATO para o caso de entrega de algum dos VEÍCULOS com defeito de fábrica;
- d)- Multa de até 20% sobre o valor total do CONTRATO se deixar de entregar os VEÍCULOS, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- e)- Impedimento de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f)- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do artigo 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

22.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

22.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- a)- Retardarem a execução do pregão;
- b)- Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c)- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

23.1 - O CONTRATO respectivo terá vigência a partir de sua assinatura e vigorará pelo período de 12 meses, admitindo-se apenas prorrogações necessárias à conclusão de procedimentos administrativos pendentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas sucessivas alterações posteriores.

24 - DO REAJUSTAMENTO

24.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços.

25 - DO CANCELAMENTO

25.1 - O fornecedor terá seu CONTRATO cancelado quando:

25.1.1 - Descumprir as condições e normas do CONTRATO.

25.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

25.1.3 - O cancelamento do CONTRATO, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

25.1.3.2 - A CONTRATADA poderá solicitar o cancelamento na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

26 - DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 - Homologada a licitação a adjudicatária receberá Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) ou instrumento equivalente.

26.2 - Caso a adjudicatária não forneça o (s) VEÍCULO (s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocadas as licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para o fornecimento do objeto.

26.3 - É facultado ao PREGOEIRO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

26.4 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos VEÍCULOS, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

26.5 - Uma vez convocada, a recusa injustificada da adjudicatária em entregar os VEÍCULOS, dentro do prazo estabelecido neste EDITAL, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.



26.6 - Na hipótese acima referida será convocada nova adjudicatária, observada a ordem de classificação nesta licitação.

26.7 - Constituem motivos para rescisão do CONTRATO ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei Federal nº 14.133/2021, nos artigos 137 a 139.

26.8 - A AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.9 - Será dada vista às proponentes interessadas tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

26.10 - É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

26.11 - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

26.13 - O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.14 - É vedado à CONTRATADA retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

26.15 - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo PREGOEIRO de forma exclusiva pela PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br>) ou através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.

26.16 - Integram o presente EDITAL:

a)- Anexo I - Termo de Referência;

b)- Anexo II - Minuta do Contrato.



26.17- Os interessados poderão adquirir cópia do EDITAL via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://portal.licitanet.com.br> ou <https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br/>. Poderá também ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com e ainda retirado no Departamento de Licitações no prédio sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi,

26.18 - A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste EDITAL e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

26.19 - As disposições do Edital e de seus anexos serão interpretadas de forma sistemática e complementar, em caso de divergência prevalecerá a solução que melhor atenda ao interesse público e à finalidade da contratação.

26.20 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.21 - Cada licitante é responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o artigo 59, parágrafo 2º c/c artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26.22 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código Penal Brasileiro.

26.23 - A CONTRATANTE reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.



26.24 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.25 - O Instrumento Convocatório é parte integrante do CONTRATO respectivo.

26.26 - Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro Municipal e sua Equipe de Apoio, nos dias úteis, das 7:00 h às 11:00 horas e das 12:00 às 16:00 horas ou pelo telefone (33) 3232-1345 e ainda através do e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://https://portal.licitanet.com.br>.

Município de Itanhomi-MG, 08 de junho de 2026.

LAERTE MARTINS ALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Termo de Referência consiste na aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo van minibus, teto alto, originais de fábrica (vedada a transformação de veículos tipo furgão), ano de fabricação 2026 e modelo 2026 ou superior, para atender às necessidades logísticas e operacionais de transporte das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde do Município de Itanhomi-MG.

1.2 - A contratação será realizada por meio de licitação pública, em lotes, composto pelos itens descritos neste Termo de Referência, cujas especificações resumidas, quantitativos, destinações e valores máximos aceitáveis estão discriminados no subitem a seguir.

1.3 - Tabela de Especificação Quantitativa e Financeira:

LOTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS: Base sobre chassi, original de fábrica (vedado furgão transformado), nova, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 / modelo 2026 ou superior, teto alto, motorização diesel, tração traseira, motor diesel 4 cilindros, potência mínima de 170 CV, torque mínimo de 400 Nm, transmissão com mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré, PBT homologado mínimo de 5.000 kg, freios ABS com EBD/EBL, freio a disco nas 4 rodas, direção hidráulica, airbag simples, ar-condicionado duplo (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, rádio com entrada USB, tacógrafo digital, chave codificadora, pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade mínima de 71 litros, tanque ARLA mínimo de 17 litros. CARROCERIA / CONFIGURAÇÃO INTERNA: Capacidade mínima de 20 + 1 lugares, teto alto, ar-condicionado duplo (cabine e salão), bancos fixos reclináveis, apoios de cabeça nos bancos dianteiros, rádio com entrada USB, cintos de segurança para motorista e passageiros, estribo na porta lateral para facilitar o embarque e desembarque, jogo completo de tapetes. GARANTIA E CONDIÇÕES GERAIS: Garantia total da van e de seus equipamentos por 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem. A licitante deverá assegurar que existe assistência técnica autorizada no Estado de Minas Gerais, para o veículo ofertado, sob pena de desclassificação da proposta. O veículo deverá ser entregue zero quilômetro, com o primeiro emplacamento realizado diretamente em	UN	02	385.806,66	771.613,32

	nome do Município de Itanhomi-MG, vedada a entrega de unidade previamente registrada ou previamente emplacada em nome da empresa fornecedora ou de terceiros. As taxas e custos referentes ao primeiro emplacamento serão de responsabilidade exclusiva do Município de Itanhomi. Entende-se por veículo novo aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).				
02	<p>VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS: Base sobre chassi, original de fábrica (vedado furgão transformado), nova, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 / modelo 2026 ou superior, teto alto, motorização diesel, tração traseira, motor diesel 4 cilindros, potência mínima de 170 CV, torque mínimo de 400 Nm, transmissão com mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré, PBT homologado mínimo de 5.000 kg, freios ABS com EBD/EBL, freio a disco nas 4 rodas, direção hidráulica, airbag simples, ar-condicionado duplo (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, rádio com entrada USB, tacógrafo digital, chave codificadora, pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade mínima de 71 litros, tanque ARLA mínimo de 17 litros.</p> <p>CARROCERIA / CONFIGURAÇÃO INTERNA: Capacidade mínima de 20 + 1 lugares, teto alto, ar-condicionado duplo (cabine e salão), bancos fixos reclináveis, apoios de cabeça nos bancos dianteiros, rádio com entrada USB, cintos de segurança para motorista e passageiros, estribo na porta lateral para facilitar o embarque e desembarque, jogo completo de tapetes, dispositivo de poltrona móvel (DPM) para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. GARANTIA E CONDIÇÕES GERAIS: Garantia total da van e de seus equipamentos por 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem. A licitante deverá assegurar que existe assistência técnica autorizada no Estado de Minas Gerais, para o veículo ofertado, sob pena de desclassificação da proposta. O veículo deverá ser entregue zero quilômetro, com o primeiro emplacamento realizado diretamente em nome do Município de Itanhomi-MG, vedada a entrega de unidade previamente registrada ou previamente emplacada em nome da empresa fornecedora ou de terceiros. As taxas e custos referentes ao primeiro emplacamento serão de responsabilidade exclusiva do Município de Itanhomi. Entende-se por veículo novo aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).</p>	UN	01	402.268,33	402.268,33
TOTAL GERAL					1.173.881,65

1.4 - O valor total máximo estimado para esta contratação é de R\$ 1.173.881,65 (um milhão, cento e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

2 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação fundamenta-se nos princípios constitucionais da eficiência administrativa, da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse público, dispostos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988. Ademais, em cumprimento às diretrizes de planejamento preconizadas pelo art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), consigna-se que, conquanto o Município de Itanhomi-MG não possua, até a presente data, um Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído, a despesa em testilha encontra-se plenamente alinhada ao planejamento estratégico governamental e possui estrita previsão e amparo na Lei Municipal nº 1.983/2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

2.2 - A aquisição de 02 (duas) unidades do veículo tipo van minibus (LOTE 01), destinadas à Secretaria Municipal de Educação, encontra amparo jurídico direto no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, bem como no art. 4º, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei Federal nº 9.394/1996). Os referidos diplomas legais impõem ao Ente Municipal o dever cogente de garantir o acesso, a permanência e o deslocamento seguro dos educandos da rede pública de ensino por meio de programas suplementares de transporte escolar. Fatidicamente, a expansão e a renovação da frota escolar justificam-se pela necessidade premente de garantir a assiduidade dos alunos, mitigar os índices de evasão escolar (sobretudo nas zonas rurais) e otimizar economicamente a gestão do transporte, haja vista que a inserção de veículos novos reduz drasticamente os gastos públicos com manutenção corretiva e paralisações crônicas da frota, em estrita observância ao Princípio da Economicidade.

2.3 - A aquisição de 01 (uma) unidade do veículo tipo van minibus equipado com Dispositivo de Poltrona Móvel - DPM (LOTE 02), destinada à Secretaria Municipal de Saúde, respalda-se no art. 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços. O veículo desempenhará papel essencial no âmbito do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), assegurando o transporte humanizado e contínuo de pacientes debilitados que demandam consultas, exames

especializados e intervenções cirúrgicas de média e alta complexidade em municípios polo da região.

2.4 - A especificação técnica de acessibilidade (DPM) contida no LOTE 02 encontra-se solidamente blindada sob o prisma da legalidade estrita, fundamentando-se na Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), notadamente em seus artigos 46 e 48, os quais determinam que o transporte público e os veículos de serviços públicos devem assegurar total acessibilidade e tecnologia assistiva a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Portanto, a inclusão do DPM cumpre mandamento legal civilizatório e afasta qualquer alegação de direcionamento de marca, configurando requisito de ordem pública para a dignidade dos pacientes assistidos.

2.5 - Por fim, a exigência técnica de que os veículos de ambos os itens sejam originalmente construídos sobre chassi de fábrica, vedando-se expressamente unidades adaptadas ou transformadas a partir de furgões de carga, justifica-se tecnicamente em razão da segurança veicular e da durabilidade do patrimônio público. Veículos adaptados/transformados sofrem severas alterações estruturais em sua distribuição de peso, suspensão e pontos de torção, o que eleva estatisticamente o risco de sinistros, compromete a estabilidade em curvas e acelera a fadiga de materiais, resultando em menor vida útil do bem. Desse modo, o veto a transformações visa resguardar a integridade física dos munícipes passageiros e garantir a máxima eficiência do investimento financeiro efetuado pelo erário municipal, em plena harmonia com as normativas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS DO OBJETO

3.1 - Os veículos a serem adquiridos deverão ser rigorosamente novos, zero quilômetro, de primeiro emplacamento, atendendo a todos os parâmetros mínimos de segurança, desempenho, conforto e emissões exigidos pela legislação nacional vigente, em especial as resoluções do CONTRAN e do PROCONVE.

3.2 - LOTE 01: VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS (02 UNIDADES):

3.2.1 - Estrutura e Motorização: Base sobre chassi, original de fábrica, sendo expressamente vedada a entrega de furgão transformado. Veículo novo, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 / modelo 2026 ou superior, teto alto, motorização diesel de 4 cilindros, tração traseira, potência mínima de 170 CV e torque mínimo de 400 Nm.

3.2.2 - Transmissão manual ou automática com o mínimo de 6 marchas à frente e 1 marcha à ré, e Peso Bruto Total (PBT) homologado mínimo de 5.000 kg.

3.2.3 - Freios com sistema ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD/EBL), freio a disco nas 4 rodas, direção hidráulica, airbag simples e tacógrafo digital.

3.2.4 - Ar-condicionado duplo com saídas independentes (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, rádio com entrada USB e chave codificadora de fábrica.

3.2.5 - Equipado com pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade mínima de 71 litros e tanque de reagente ARLA com capacidade mínima de 17 litros.

3.2.6 - Capacidade mínima de 20 + 1 lugares, teto alto, bancos fixos reclináveis, apoios de cabeça nos bancos dianteiros, cintos de segurança individuais para o motorista e todos os passageiros, estribo fixado na porta lateral para facilitar o embarque e desembarque, e jogo completo de tapetes automotivos.

3.3 - LOTE 02: VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS COM DPM (01 UNIDADE):

3.3.1 - O veículo deverá atender integralmente a todas as especificações de chassi, motorização, mecânica, transmissão, segurança, dimensões, conforto, rodagem e acabamento interno estabelecidas nos subitens 3.2.1 a 3.2.6 deste Termo de Referência.

3.3.2 - O veículo deverá vir equipado obrigatoriamente, de forma original, com o Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM). Este dispositivo deve permitir o embarque e desembarque seguro, digno e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, realizando a translação do assento para fora do veículo até o nível do solo, em estrito cumprimento às normas técnicas de acessibilidade vigentes.

4 - DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 - A contratada deverá fornecer garantia total de funcionamento dos veículos adquiridos (Itens 01 e 02) e de todos os seus equipamentos integrados (incluindo o Dispositivo de Poltrona Móvel - DPM, sistema de ar-condicionado, tacógrafo e demais componentes) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo dos bens, sem limite de quilometragem.

4.2 - A garantia contratual e legal ofertada deverá cobrir, sem qualquer ônus financeiro adicional para o Município de Itanhomi-MG, o conserto ou a substituição de peças que apresentarem defeitos de fabricação, falhas estruturais, de montagem ou vícios ocultos, bem como a respectiva mão de obra necessária para o reparo.

4.3 - O fornecedor contratado deverá, obrigatoriamente, assegurar assistência técnica autorizada da marca ofertada no Estado de Minas Gerais durante todo o período de garantia.

4.4 - A exigência geográfica de rede de assistência técnica autorizada no Estado de Minas Gerais justifica-se sob o prisma do Princípio da Eficiência (artigo. 37, *caput*, CF) e do interesse público. Sendo os veículos destinados ao transporte de estudantes (Secretaria de Educação) e de pacientes eletivos ou de urgência (Secretaria de Saúde), a ociosidade prolongada de qualquer uma das unidades por falta de suporte técnico local acarretaria a interrupção crônica de serviços públicos essenciais. Portanto, a proximidade da Assistência Técnica Autorizada garante a agilidade logística nas revisões periódicas obrigatórias e nos reparos em período de garantia, preservando a integridade do patrimônio público e assegurando a continuidade dos serviços essenciais municipais.

5 - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 - Das Condições e Prazos de Entrega:

5.1.1 - Os veículos correspondentes aos Itens 01 e 02 deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do termo de contrato pelas partes.

5.1.2 - A entrega física dos bens deverá ser agendada previamente e efetuada no seguinte endereço: Sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, Av. JK, nº 91, Centro, CEP 35.120-000.

5.1.3 - Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, limpos, dotados de todos os seus componentes de fábrica, combustível mínimo para deslocamento inicial seguro, chaves originais e reserva, manuais do proprietário em língua portuguesa e certificado de garantia.

5.1.4 - Os veículos deverão ser entregues rigorosamente zero quilômetro, sendo o primeiro emplacamento realizado diretamente em nome do Município de Itanhomi-MG. É expressamente vedada a entrega de unidades previamente registradas, licenciadas ou emplacadas em nome da empresa fornecedora licitante ou de terceiros.

5.1.5 - Todas as taxas e custos cartorários ou de trânsito relativos exclusivamente ao primeiro emplacamento dos veículos junto ao órgão oficial de trânsito (DETRAN) correrão por conta do Município de Itanhomi-MG. Contudo, quaisquer custos logísticos, fretes, seguros e taxas de transporte para deslocamento dos veículos até o local definitivo de entrega serão de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada.

5.2 - Do Rito de Recebimento Provisório:

5.2.1 - No ato da entrega física dos veículos no local estipulado, o fiscal do contrato expressamente designado, Sr. PEDRO JULIO MEDEIROS DO CARMO, efetuará o Recebimento Provisório mediante a lavratura de termo circunstanciado de recebimento.

5.2.2 - O Recebimento Provisório destina-se à verificação puramente visual, quantitativa e sumária da integridade dos bens, bem como da respectiva regularidade documental fiscal (Nota Fiscal), conferindo se os chassis e motores correspondem ao discriminado no documento fiscal.

5.2.3 - O Recebimento Provisório não configura, sob hipótese alguma, aceitação do objeto por parte da Administração Municipal, servindo apenas como registro de que os veículos ingressaram fisicamente nas dependências do Município.

5.3 - Do Rito de Recebimento Definitivo (Rito de Inspeção):

5.3.1 - O Recebimento Definitivo dar-se-á no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório, após minuciosa e criteriosa inspeção técnica promovida pelo fiscal do contrato, Sr. PEDRO JULIO MEDEIROS DO CARMO, auxiliado, se necessário, por equipe técnica mecânica da municipalidade.

5.3.2 - A inspeção para o ateste definitivo compreenderá, obrigatoriamente:

- a)-** Verificação da conformidade mecânica e estrutural com as exigências do item 1.3 (Tabela de Especificação) e item 3 deste Termo de Referência;
- b)-** Teste prático de rodagem e de funcionamento operacional de todos os sistemas de segurança (freios ABS/EBD e tacógrafo digital);
- c)-** Teste de eficácia do sistema de ar-condicionado duplo (cabine e salão);
- d)-** Teste mecânico e eletrônico exaustivo do Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) do veículo destinado à Secretaria de Saúde, validando sua total acessibilidade e segurança para pessoas com deficiência.

5.3.3 - Constatada qualquer desconformidade, vício ou defeito de fabricação nos veículos inspecionados, o objeto será integralmente rejeitado pelo fiscal. A contratada será notificada para sanar a irregularidade ou substituir o veículo por outro idêntico e em perfeito estado no prazo peremptório de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, sob pena de aplicação de sanções administrativas e rescisão contratual, suspendendo-se a contagem do prazo de recebimento definitivo.

5.3.4 - Estando os veículos em perfeita consonância com as exigências deste Termo de Referência, o fiscal firmará o Termo de Recebimento Definitivo, atestando formalmente a Nota Fiscal para fins de processamento do pagamento correspondente.

6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), o acompanhamento e a fiscalização da execução do instrumento contratual decorrente deste certame serão exercidos pelo servidor público municipal expressamente designado para este fim, o Sr. PEDRO JULIO MEDEIROS DO CARMO, na qualidade de Fiscal do Contrato.

6.2 - O Fiscal do Contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando formalmente o que for necessário à regularização das falhas, desconformidades ou defeitos observados nos veículos entregues.

6.3 - São atribuições precípuas do Fiscal do Contrato, sem prejuízo de outras previstas na legislação municipal aplicável:

6.3.1 - Conduzir o rito de recebimento provisório e definitivo dos veículos (Itens 01 e 02), realizando as vistorias visuais, funcionais e mecânicas descritas no item 5 deste Termo de Referência;

6.3.2 - Verificar a conformidade dos chassis, motores, ano/modelo (2026/2026 ou superior) e todos os acessórios exigidos no descritivo técnico com os dados expressos na Nota Fiscal apresentada pela contratada;

6.3.3 - Rejeitar motivadamente os veículos que não atenderem às especificações técnicas contratuais exigidas, em especial se constatado indício de transformação a partir de furgão de carga;

6.3.4 - Atestar formalmente a regularidade da execução do contrato nas Notas Fiscais após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, encaminhando a documentação ao setor de contabilidade para o devido processamento do pagamento;

6.3.5 - Comunicar tempestivamente à autoridade superior quaisquer descumprimentos de prazos ou obrigações contratuais por parte do fornecedor, instruindo o processo com relatórios para fins de aplicação de sanções administrativas ou rescisão contratual.

6.4 - O Fiscal do Contrato poderá ser auxiliado por equipe técnica da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde, ou por mecânico profissional credenciado pela Administração

Pública Municipal, para subsidiar a avaliação dos componentes mecânicos e tecnológicos (como o ar-condicionado duplo e o DPM) durante a fase de inspeção técnica.

6.5 - As decisões e providências que ultrapassem a competência legal do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas por este, em tempo hábil e por escrito, à autoridade superior competente da Administração Municipal para a adoção das medidas cabíveis.

6.6 - Em estrita observância ao art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, a atuação da fiscalização da Administração Pública Municipal não exclui e nem reduz a responsabilidade civil, administrativa e penal única e exclusiva da empresa contratada por quaisquer danos causados diretamente ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes de vícios, falhas estruturais, negligência, imperícia, culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

7.1.1 - Efetuar a entrega dos veículos (Itens 01 e 02) em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e locais determinados neste Termo de Referência, garantindo que as unidades sejam novas, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 e modelo 2026 ou superior.

7.1.2 - Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento, tais como fretes, transportes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de modo que a entrega ocorra sem ônus logísticos adicionais para o Município de Itanhomi-MG.

7.1.3 - Entregar os veículos livres de qualquer gravame, ônus, restrição judicial ou administrativa, sendo expressamente vedada a entrega de unidades previamente registradas, licenciadas ou emplacadas em nome da própria contratada ou de terceiros.

7.1.4 - Prestar garantia total de funcionamento dos veículos e de seus equipamentos pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, arcando com os custos de substituição de peças e mão de obra em caso de vícios ou defeitos de fabricação.

7.1.5 - Manter, obrigatoriamente, durante toda a execução do contrato, rede de assistência técnica autorizada ou concessionária credenciada da marca do veículo dentro do Estado de Minas Gerais, para fins de suporte técnico e revisões periódicas.

7.1.6 - Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas no certame licitatório.

7.1.7 - Substituir ou reparar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, os veículos ou componentes que forem rejeitados pela fiscalização municipal por apresentarem avarias, defeitos, vícios ou desconformidades com o edital.

7.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1 - Prover as condições necessárias para o recebimento dos veículos, assegurando o livre acesso do entregador à Sede da Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG na data previamente agendada.

7.2.2 - Designar formalmente o Fiscal do Contrato, Sr. Pedro Julio Medeiros do Carmo, para acompanhar, inspecionar e certificar a conformidade do objeto entregue, promovendo os ritos de recebimento provisório e definitivo conforme estipulado.

7.2.3 - Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao objeto efetivamente entregue e aceito, no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e o devido ateste da Nota Fiscal, observadas as retenções legais na fonte.

7.2.4 - Responsabilizar-se, de forma única e exclusiva, pelo pagamento de taxas, emolumentos e custos administrativos referentes ao primeiro emplacamento e licenciamento dos veículos perante o órgão de trânsito competente (DETRAN), providenciando o registro diretamente em nome do Município de Itanhomi-MG.

7.2.5 - Notificar formalmente a contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, defeitos ou falhas operacionais constatadas nos veículos, bem como sobre a necessidade de acionamento da garantia técnica.

8 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Da Modalidade e do Critério de Julgamento:

8.1.1 - O procedimento licitatório para a aquisição dos bens objeto deste Termo de Referência será realizado na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.2 - Adotar-se-á o critério de julgamento por Menor Preço Por Lote, de acordo com as demandas dos lotes 01 e 02. A adjudicação por lote justifica-se pela viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, em estrita observância ao princípio da ampla competitividade.

8.2 - Dos Requisitos de Aceitabilidade da Proposta:

8.2.1 - A proposta comercial a ser apresentada pela licitante deverá conter a descrição clara e detalhada de todos os veículos agrupados na tabela descritiva, indicando obrigatoriamente as marcas, os modelos, o ano de fabricação e o modelo (2026/2026 ou superior) de cada um, acompanhada de fôlderes, catálogos técnicos ou memoriais descritivos emitidos pelo fabricante que comprovem o atendimento integral a todas as características exigidas neste Termo de Referência.

8.2.2 - Serão sumariamente desclassificadas as propostas que:

a)- Apresentarem valor superior ao preço máximo estimado pela Administração Municipal fixado no item 1 (do Objeto) deste instrumento, bem como aquelas que apresentarem valores unitários por item acima dos limites de aceitabilidade estabelecidos;

b)- Ofertem veículos transformados a partir de furgões de carga ou que omitam os parâmetros mínimos de segurança, potência, torque e capacidade exigidos;

c)- Deixarem de observar que o veículo novo deve ser aquele adquirido por meio de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, estando plenamente sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

8.3 - Dos Requisitos de Habilitação Técnica (Critérios de Seleção):

8.3.1 - Para fins de comprovação da qualificação técnica das licitantes, nos moldes do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser exigidos no edital os seguintes documentos:

a)- Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido, de forma satisfatória, veículos automotores de características compatíveis com o objeto licitado;

b)- Declaração formal emitida pela licitante indicando a localização da concessionária autorizada ou da rede de assistência técnica credenciada da marca dos veículos ofertados dentro do território do Estado de Minas Gerais, a qual prestará o suporte em período de garantia contratual e as revisões periódicas obrigatórias;

c)- Certificado de Homologação do Veículo emitido pelo órgão competente de trânsito (SENATRAN/CONTRAN) ou declaração firmada por engenheiro mecânico responsável pelo fabricante, atestando a regularidade do chassi original e a capacidade do modelo de fábrica.

9 - DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - O valor máximo estimado do somatório dos lotes para a presente contratação, obtido por meio de regular pesquisa de preços de mercado realizada com a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, perfaz o montante de R\$ 1.173.881,65 (um milhão, cento e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos), sendo distribuído em lotes da seguinte forma:

9.1.1 - LOTE 01 (02 vans para a Secretaria Municipal de Educação): R\$ 771.613,32 (setecentos e setenta e um mil, seiscentos e trize reais e trinta e dos centavos);

9.1.2 - LOTE 02 (01 van com DPM para a Secretaria Municipal de Saúde): R\$ 402.268,33 (quatrocentos e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos).

9.2 - A Administração Municipal de Itanhomi-MG declara formalmente a existência de dotação orçamentária própria e suficiente para fazer face às despesas decorrentes da execução integral do objeto deste certame, em estrita conformidade com a programação financeira estabelecida na Lei Municipal nº 1.983/2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

9.3 - Os códigos identificadores e as classificações funcionais-programáticas específicas das dotações orçamentárias correlatas a cada uma das secretarias demandantes (Educação e Saúde) deverão constar obrigatoriamente expressas no Edital do Pregão Eletrônico e no correspondente instrumento contratual decorrente.

9.4 - Em consonância com a regularidade técnico-planejatória, consigna-se que, conquanto o Município de Itanhomi-MG não possua Plano de Contratações Anual (PCA) regulamentado e instituído até o presente momento, a despesa encontra-se plenamente alinhada e amparada pelo planejamento orçamentário governamental fixado na LOA municipal, preenchendo os requisitos legais de previsibilidade e adequação financeira previstos no art. 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

10 - DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 - Este Termo de Referência foi elaborado em trabalho conjunto da Secretaria Municipal de Educação através da gestora da pasta Sra. MARLUCILEI DA SILVA ALVES OLIVEIRA e da Secretaria Municipal de Saúde através da gestora da pasta Sra. CARLA DE ALENCAR MOTA.

7 - DA RESPONSABILIDADE PELA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

17.1 - Este Termo de Referência deverá ser aprovado pelo Ordenador de Despesas: Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA (Prefeito Municipal de Itanhomi-MG).

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 08 de maio de 2026.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI
CNPJ: 18.493.239/0001-06



MARLUCILEI DA SILVA ALVES OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação

CARLA DE ALENCAR MOTA
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO Nº */2026**

Termo de CONTRATO referente à aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo van minibus, teto alto, originais de fábrica, ano de fabricação 2026 e modelo _____, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MG e a empresa _____.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.493.239/0001-06, sediada à Avenida JK, nº 91 – Centro – Município de Itanhomi-MG, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº MG-8.044.288 – expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – inscrito no CPF sob o nº 056.965.966-30, residente e domiciliado à Rua Padre Antônio Rossi, nº 35-A – Centro – Município de Itanhomi-MG.

CONTATADA: _____, inscrita no CNPJ/MG sob nº _____, sediada à _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____ - _____ – CEP: _____, neste ato, representada por seu _____, Sr(a). _____, [naturalidade], [est. Civil], [ocupação], portador da Carteira de Identidade nº _____ – expedida pela _____ – inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____ - _____.

CONTRATO este cuja celebração foi autorizada em conformidade com o Processo Licitatório nº 035/2026, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata, tendo justo e pactuado o que se segue, mediante as cláusulas e condições infra-enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

2.1 - Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, tipo van minibus, teto alto, originais de fábrica (vedada a transformação de veículos tipo furgão), da marca _____ e modelo _____, fabricação ano _____ e modelo de fábrica ano _____, para atender às necessidades logísticas e operacionais de transporte das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde do Município de Itanhomi-MG.

2.2 - Conforme valor e especificações técnicas e valores, detalhados na tabela abaixo:

LOTE	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO EM R\$	
				UNIT.	TOTAL
01	VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS: Base sobre chassi, original de fábrica (vedado furgão transformado), nova, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 / modelo 2026 ou superior, teto alto, motorização diesel, tração traseira, motor diesel 4 cilindros, potência mínima de 170 CV, torque mínimo de 400 Nm, transmissão com mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré, PBT homologado mínimo de 5.000 kg, freios ABS com EBD/EBL, freio a disco nas 4 rodas, direção hidráulica, airbag simples, ar-condicionado duplo (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, rádio com entrada USB, tacógrafo digital, chave codificadora, pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade mínima de 71 litros, tanque ARLA mínimo de 17 litros. CARROCERIA / CONFIGURAÇÃO INTERNA: Capacidade mínima de 20 + 1 lugares, teto alto, ar-condicionado duplo (cabine e salão), bancos fixos reclináveis, apoios de cabeça nos bancos dianteiros, rádio com entrada USB, cintos de segurança para motorista e passageiros, estribo na porta lateral para facilitar o embarque e desembarque, jogo completo de tapetes. GARANTIA E CONDIÇÕES GERAIS: Garantia total da van e de seus equipamentos por 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem. A licitante vencedora deverá assegurar assistência técnica autorizada da marca ofertada no Estado de Minas Gerais durante todo o período de garantia. O veículo deverá ser entregue zero quilômetro, com o primeiro emplacamento realizado diretamente em nome do Município de Itanhomi-MG, vedada a entrega de unidade previamente registrada ou previamente emplacada em nome da empresa fornecedora ou de terceiros. As taxas e custos referentes ao primeiro emplacamento serão de responsabilidade exclusiva do Município de Itanhomi. Entende-se por veículo novo aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).	UN	02		
02	VEÍCULO VAN TIPO MINIBUS: Base sobre chassi, original de fábrica (vedado furgão transformado), nova, zero quilômetro, ano de fabricação 2026 / modelo 2026 ou superior, teto alto, motorização diesel, tração traseira, motor diesel 4 cilindros, potência mínima de 170 CV, torque mínimo de 400 Nm, transmissão com mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré, PBT homologado mínimo de 5.000 kg, freios ABS com EBD/EBL, freio a disco nas 4 rodas, direção hidráulica, airbag simples, ar-condicionado duplo (cabine e salão), vidros elétricos, travas elétricas, rádio com entrada USB, tacógrafo digital, chave codificadora, pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade	UN	01		

<p>mínima de 71 litros, tanque ARLA mínimo de 17 litros. CARROCERIA / CONFIGURAÇÃO INTERNA: Capacidade mínima de 20 + 1 lugares, teto alto, ar-condicionado duplo (cabine e salão), bancos fixos reclináveis, apoios de cabeça nos bancos dianteiros, rádio com entrada USB, cintos de segurança para motorista e passageiros, estribo na porta lateral para facilitar o embarque e desembarque, jogo completo de tapetes, dispositivo de poltrona móvel (DPM) para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. GARANTIA E CONDIÇÕES GERAIS: Garantia total da van e de seus equipamentos por 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem. A licitante vencedora deverá assegurar assistência técnica autorizada da marca ofertada no Estado de Minas Gerais durante todo o período de garantia. O veículo deverá ser entregue zero quilômetro, com o primeiro emplacamento realizado diretamente em nome do Município de Itanhomi-MG, vedada a entrega de unidade previamente registrada ou previamente emplacada em nome da empresa fornecedora ou de terceiros. As taxas e custos referentes ao primeiro emplacamento serão de responsabilidade exclusiva do Município de Itanhomi. Entende-se por veículo novo aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).</p>				
TOTAL GERAL				

1.2 - Após o envio da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), a CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para realizar o fornecimento. A entrega do (s) VEÍCULO (s) deverá obedecer estritamente ao exigido no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O valor total deste CONTRATO é de R\$ _____ (_____), conforme proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.2 - Dada a natureza indivisível do objeto e a quantidade reduzida de itens, eventuais acréscimos ou supressões deverão observar a unidade integral do bem, sendo vedada a alteração que implique o fracionamento da unidade automotiva.

2.3 - Caso haja necessidade de alteração quantitativa que resulte em percentual superior ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 (como o acréscimo ou supressão de uma unidade inteira), a modificação apenas poderá ocorrer mediante mútuo consentimento entre as partes, devidamente justificada e formalizada através de Termo Aditivo.

2.4 - Todas as alterações que venham a ser necessárias durante a vigência deste instrumento, decorrentes de ajustes técnicos ou administrativos, serão incorporadas ao contrato mediante Termo Aditivo, respeitando sempre o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura por ambas as partes.

3.2 - A vigência estabelecida tem por finalidade assegurar o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, incluindo os prazos de entrega, os atos de recebimento provisório e definitivo, a tramitação do processo de pagamento e o monitoramento inicial da garantia técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela execução do objeto deste instrumento será efetuado em parcela única, após a entrega efetiva dos veículos e a formalização do Recebimento Definitivo, nos termos do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

4.1.1 - O processamento do pagamento observará a estrita ordem cronológica de exigibilidade para cada categoria de contratos, conforme previsto no Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.2 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização, que somente atestará o documento e liberará o processo para liquidação e pagamento quando constatado o cumprimento integral de todas as obrigações pactuadas, inclusive a entrega da documentação necessária para o emplacamento.

4.1.3 - O prazo para pagamento iniciar-se-á somente após o atesto de conformidade emitido pela fiscalização, após vistoria técnica e conferência documental, não sendo computado o tempo em que a documentação fiscal apresentar irregularidades.

4.1.4 - Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal, emitida em nome do Município de Itanhomi:

a) - Número da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) e do Contrato;

b) - Dados bancários (conta corrente e agência) de titularidade da própria CONTRATADA;

c) - Descrição detalhada dos itens, em conformidade com o Termo de Referência.

4.1.5 - Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem integral após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, sem qualquer ônus ou correção monetária a cargo do Município.

4.2 - A critério da Administração Pública, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores correspondentes a multas contratuais, indenizações a terceiros ou quaisquer outras obrigações de responsabilidade da CONTRATADA decorrentes da execução deste ajuste.

4.3 - O Município de Itanhomi poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, caso verificada uma ou mais das seguintes hipóteses, sem que isso gere direito a reajuste ou encargos adicionais:

a) - Descumprimento de ordens ou determinações exaradas pela fiscalização do contrato;

b) - Inadimplemento de obrigação contratual, retendo-se o valor até a efetiva regularização;

c) - Existência de débitos da CONTRATADA para com o Município de Itanhomi, sejam eles provenientes deste contrato ou de outras obrigações fiscais e contratuais;

d) - Descumprimento das normas de segurança, transporte ou entrega estabelecidas no Termo de Referência;

e) - Não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no certame licitatório durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços pactuados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de execução do objeto, tendo em vista que o período entre a apresentação da proposta e a entrega efetiva do bem é inferior a 01 (um) ano, em observância ao disposto no Art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro (revisão/recomposição) poderá ser solicitada pela CONTRATADA caso ocorram fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou *factum principis*, configurando a álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.3 - O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro fundamentado no Art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021 deverá ser formalizado por escrito e vir acompanhado de:

5.3.1 - Planilha de custos demonstrando a variação real dos preços de mercado em relação à época da proposta;

5.3.2 - Documentação oficial da fabricante/montadora justificando a alteração de custos que impacte diretamente o contrato;

5.3.3 - Comprovação de que a alteração dos preços não decorre de ineficiência ou atraso injustificado da própria CONTRATADA.

5.4 - A Administração Municipal analisará o pedido sob o prisma da razoabilidade e do interesse público, podendo:

a) - Conceder o reequilíbrio mediante a celebração de Termo Aditivo;

b) - Optar pela extinção amigável do contrato, caso o novo preço torne-se desvantajoso para o Município em comparação a uma nova licitação;

c) - Indeferir o pedido, caso não reste demonstrada a imprevisibilidade ou o nexo causal com o custo do objeto.

5.5 - Ocorrendo a redução dos preços de mercado para o objeto contratado, a CONTRATADA deverá repassar tal economia ao Município, sob pena de enriquecimento sem causa, procedendo-se à devida repactuação para menos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes correrão por conta de dotações orçamentárias previstas e indicadas no orçamento vigente deste município, conforme Lei Municipal nº 1.983 de 17 de novembro de 2025, sob os seguintes códigos:

6.1.1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME):

a)- Ficha 137: 02.05.01.12.361.0010.1009.449052-00 - Fonte: 1.500.000.000, 1.701.000.0000.

6.1.2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS):

a)- Ficha 189: 02.06.02.10.301.0015.1011.449052-00 - Fonte: 1.500.000.000 - 1.621.000.0000.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se a CONTRATADA a:

7.1.1 - Manter, durante todo o período de vigência do contrato, endereço eletrônico (e-mail) institucional atualizado e operacional para a recepção de notificações, ordens de fornecimento, termos aditivos e demais atos administrativos oficiais expedidos pelo Município de Itanhomi.

7.1.2 - Da Entrega e Logística:

I) - Efetuar a entrega dos veículos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

II) - A entrega deverá ocorrer obrigatoriamente na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. JK, nº 91, Centro, Itanhomi-MG, CEP 35.120-000, mediante agendamento prévio junto à Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas, Transporte e Urbanismo.

III) - O transporte dos veículos deverá ser realizado, sem exceção, por meio de caminhão guincho ou cegonha, sendo vedado o deslocamento rodando por meios próprios, visando garantir a entrega com quilometragem mínima e integridade mecânica absoluta.

7.1.3 - Submeter-se ao rito de recebimento provisório no ato da entrega, para posterior verificação minuciosa da conformidade com as especificações técnicas e com a proposta comercial, culminando no recebimento definitivo em até 05 (cinco) dias úteis.

7.1.4 - Fornecer, no ato da entrega, toda a documentação original hábil (Notas Fiscais, certificados de origem, etc.) para viabilizar o emplacamento e licenciamento inicial dos veículos pelo Município de Itanhomi.

7.1.5 - Protocolar eventual pedido de prorrogação de prazo de entrega antes de expirado o período contratual original, apresentando justificativa oficialmente fundamentada e comprovada por documento da fabricante/montadora que ateste a indisponibilidade momentânea do bem.

7.1.6 - Da Garantia e Substituição:

I) - Garantir os veículos contra defeitos de fabricação, vícios ou incorreções resultantes da montagem ou transporte.

II) - Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o veículo que apresentar qualquer defeito, avaria estética ou desconformidade técnica identificada pela fiscalização no ato do recebimento, sem ônus para a Administração.

III) - A CONTRATADA deverá assegurar, durante todo o prazo de garantia dos veículos fornecidos, atendimento por assistência técnica autorizada da marca ofertada, bem como a disponibilidade de peças de reposição e componentes necessários à execução dos serviços de garantia, responsabilizando-se pela adoção das providências necessárias para a manutenção da cobertura contratual e da garantia de fábrica.

7.1.7 - Dos Ônus e Responsabilidades:

I) - Arcar com todos os custos necessários à entrega perfeita, incluindo frete plataforma, seguros, encargos sociais, tributos e quaisquer outras incidências fiscais ou trabalhistas.

II) - Assumir inteira responsabilidade por danos materiais ou físicos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos durante a execução do contrato.

7.8 - Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

7.9 - Cumprir rigorosamente o disposto no Edital convocatório e agir segundo as diretrizes e determinações exaradas pela fiscalização do Município de Itanhomi, zelando pela boa execução do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao CONTRATANTE as prerrogativas previstas no Art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021, que incluem a fiscalização, a alteração e a extinção unilateral do contrato, conforme o interesse público.



8.2 - Constituem obrigações do CONTRATANTE, além daquelas previstas no Art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021:

8.2.1 - Designar, formalmente, servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, realizando os atos de recebimento provisório e definitivo no prazo estipulado;

8.2.2 - Prestar à CONTRATADA todas as informações, esclarecimentos e orientações necessários para a fiel execução do objeto;

8.2.3 - Expedir a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) e a respectiva Nota de Empenho, garantindo a reserva orçamentária necessária para a contratação.

8.3 - Do Emplacamento e Licenciamento:

8.3.1 - Providenciar, por sua conta e ordem, o emplacamento e o licenciamento inicial dos veículos junto ao órgão de trânsito competente, utilizando-se da documentação original fornecida pela CONTRATADA no ato da entrega;

8.3.2 - Arcar com as taxas e despesas estatais relativas ao registro de propriedade dos veículos em nome do Município de Itanhomi-MG.

8.4 - Do Recebimento e Conferência:

8.4.1 - Verificar minuciosamente se os veículos entregues atendem a todos os requisitos exigidos no Termo de Referência;

8.4.2 - Rejeitar, motivadamente, os veículos que estiverem em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentarem avarias de transporte.

8.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e prazo ajustados, após o atesto da Nota Fiscal, observando a estrita ordem cronológica de exigibilidade conforme o Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6 - Notificar a CONTRATADA, por escrito e por meio do e-mail institucional indicado, sobre quaisquer falhas, irregularidades ou atrasos observados na execução do contrato, bem como sobre a aplicação de eventuais sanções.



8.7 - Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Instrumento, do Edital e da legislação vigente aplicável às contratações públicas.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente CONTRATO poderá ser extinto a qualquer tempo, nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as seguintes formas:

9.1.1 - Unilateralmente pelo Município de Itanhomi: Nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais, especificações técnicas ou prazos, bem como por razões de interesse público justificadas;

9.1.2 - Consensual: Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

9.1.3 - Judicial ou Arbitral: Nos termos da legislação processual vigente.

9.2 - Constituem motivos para a extinção unilateral do contrato, entre outros previstos no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) - O atraso injustificado na entrega dos veículos, superior ao prazo tolerado pela fiscalização;

b) - A entrega de bens em desacordo com as especificações descritas no Termo de Referência;

c) - A não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA.

9.3 - A extinção determinada por ato unilateral do Município, por culpa exclusiva da CONTRATADA, não gera direito a qualquer indenização, retenções ou compensações em favor desta, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e da cobrança de perdas e danos.

9.4 - Na hipótese de extinção por razões de interesse público (Art. 137, inciso VIII), a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito à devolução da garantia, se houver, e aos pagamentos devidos pela execução contratual até a data da extinção.

9.5 - O processo de extinção será precedido de notificação formal, assegurando-se à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa no prazo legal.

9.6 - Em caso de extinção unilateral, o Município poderá adotar as medidas acauteladoras previstas no Art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo a assunção imediata do objeto para continuidade do serviço público, se necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, a execução imperfeita, o atraso injustificado ou a não veracidade das informações prestadas sujeitarão a empresa, garantida a prévia defesa e o contraditório, às seguintes sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

10.1.1 - Advertência: Aplicável nos casos de atraso de até 10 (dez) dias corridos na entrega dos veículos ou da documentação necessária para o emplacamento, desde que não resulte em prejuízo crítico ao serviço público.

10.1.2 - Multa Moratória: De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 (dez) dias.

10.1.3 - Multa Compensatória:

a) - De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias na entrega ou na substituição de veículo recusado;

b) - De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso os veículos sejam entregues com avarias, danos estéticos ou em desacordo com as especificações exigidas;

c) - De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou se a CONTRATADA deixar de entregar os veículos no prazo determinado, ensejando a extinção unilateral do ajuste.

10.1.4 - Impedimento de Licitar e Contratar: Nos termos do Art. 156, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo prazo de até 03 (três) anos, àquele que der causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ou que não mantenha as condições de habilitação.

10.1.5 - Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Nos termos do Art. 156, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicada nos casos de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação ou em casos de reincidência de infrações graves.

10.2 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e da reparação por perdas e danos.

10.3 - O valor das multas aplicadas poderá ser descontado diretamente dos pagamentos devidos pelo Município de Itanhomi ou cobrado judicialmente, conforme conveniência administrativa.

10.4 - As penalidades listadas nesta cláusula não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo a Administração aplicar outras sanções previstas nos Artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a gravidade da falta e o princípio da proporcionalidade.

10.5 - A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da aplicação daquelas dispostas em demais leis esparsas, inclusive as de natureza civil e penal, independentemente de transcrição integral neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

11.1 - É expressamente VEDADA a cessão ou transferência, total ou parcial, deste contrato, bem como a subcontratação do objeto, sem a prévia e formal autorização da Administração Municipal.

11.2 - Caso autorizada a cessão, a nova empresa deverá cumprir integralmente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital original.

11.3 - A autorização para cessão ou transferência não retira da CONTRATADA original a responsabilidade solidária pelo cumprimento das obrigações, prazos e garantias técnicas dos veículos.

11.4 - O descumprimento desta cláusula ensejará a extinção unilateral do contrato e a aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima, fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO E REGÊNCIA LEGAL

12.1 - O presente Instrumento Contratual rege-se, em toda a sua extensão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pelo Decreto Municipal nº 055/2023 e pelas demais normas de Direito Público aplicáveis à espécie.

12.2 - Esta contratação encontra-se estritamente vinculada aos termos, cláusulas e condições estabelecidos no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 e no Processo Licitatório nº 035/2026,

bem como à proposta final apresentada pela CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

12.3 - Aplicam-se a este contrato, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme preceitua o Art. 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 - As lacunas ou dúvidas interpretativas surgidas durante a execução deste contrato serão dirimidas pela Administração Municipal à luz da legislação federal citada, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito, sempre sob a ótica da supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização do CONTRATO será de responsabilidade do Servidor Público, Sr. PEDRO JÚLIO MEDEIROS DO CARMO, Coordenador das Unidades Básicas de Saúde, contratado na forma do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS TRIBUTOS

14.1 - Todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social, pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

15.1 - As partes comprometem-se a observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), adotando as medidas necessárias à proteção dos dados pessoais eventualmente tratados em decorrência da execução contratual.

15.2 - A contratada declara que não praticará atos lesivos à Administração Pública, comprometendo-se a observar a legislação anticorrupção vigente (Lei Federal nº 12.846/2013 e boas práticas dos Tribunais de Contas).

15.3 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itanhomi-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI
CNPJ: 18.493.239/0001-06



E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente CONTRATO, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, ____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI-MG
Dr. ARTHUR DI CARLO FERREIRA E SILVA
Contratante

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL
Contratada

TESTEMUNHA 1 – CPF:

TESTEMUNHA 2 – CPF